

PÁG 2 Abraceel alcança a marca de 100 empresas associadas

PÁG 5 CCEE analisa propostas da Abraceel sobre segurança de mercado

PÁG 7 GT discute devolução de créditos tributários

PÁG 9 Abraceel inaugura série “Economia e liberdade na energia: isso é da sua conta!”

PÁG 12 CCEE realiza 1ª reunião de interação com associações de 2021

PÁG 14 Lei do gás é finalmente aprovada e segue para sanção

PÁG 17 Discussões públicas sobre formação de preço e segurança de mercado devem ser abertas pela Aneel ainda no 1º semestre de 2021

PÁG 19 Expansão da oferta para o ACL, geração distribuída e mercado de capacidade estão na agenda do MME

PÁG 21 Radar Legislativo

PÁG 23 Curtas

PÁG 27 Próxima semana

PÁG 28 Calendário Abraceel

 *Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!*

Abraceel alcança a marca de 100 empresas associadas

Matéria em 1 minuto

- UTE Gás Natural Açú é a 100ª empresa a ingressar na Associação;
- Grupo Técnico fará reunião para discutir segurança do mercado, após CCEE ter analisado proposta da Abraceel.



Tempo de leitura:
3 minutos

O novo Conselho de Administração da Abraceel realizou sua primeira reunião na última quinta, 18.03. Presentes todos os conselheiros e a Diretoria Executiva, a agenda do encontro está detalhada a seguir:

Acompanhamento orçamentário: Reginaldo Medeiros apresentou o acompanhamento orçamentário da Associação, que foi aprovado pelos presentes.

Proposta Abraceel sobre segurança de mercado: o consultor da Volt Robotics, Donato Filho, ingressou na reunião para discutir o tema de segurança de mercado. Explicou aos presentes que, em reunião com a CCEE, a conselheira Roseane Santos analisou a proposta da Abraceel (mais detalhes na matéria: CCEE analisa propostas da Abraceel sobre segurança de mercado) e, como encaminhamento, a Associação pediu um prazo para oferecer suas considerações. O tema foi amplamente debatido pelo Conselho e, como encaminhamento, foi agendada reunião do Grupo Técnico para a próxima terça (23.03), às 16h.

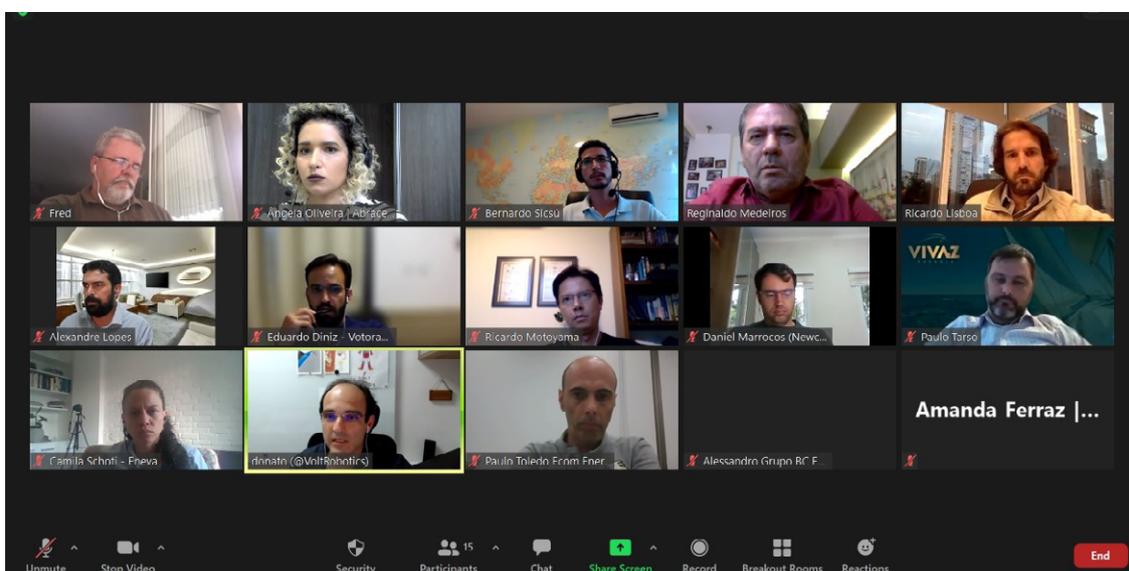
Acompanhamento das metas: Reginaldo apresentou o andamento das atividades definidas no Planejamento Estratégico da Associação, com destaque para:

- Antecipar o cronograma de abertura do mercado: atualização do cronograma de abertura e esforços para a tramitação do PL 414, além da continuidade do plano de mídia;
- Fortalecer o comercializador varejista: proposta de regulamentação será discutida pelo Grupo Técnico e apresentado à Aneel;
- Facilitar o processo de migração: será feita reunião do GT para identificar principais preocupações e sugestões;
- Estudo para aprimorar a formação de preço por modelo: foram iniciadas as cotações com consultorias;
- Elevar a transparência do cálculo do PLD: haverá discussão do mérito pela Aneel sobre respeito à CNPE 07;



- Desenvolver Proposta Abraceel para Sistema de Garantias: consolidar proposta no GT para alinhamento com CCEE e Aneel;
- Desenvolvimento de outros mercados: sobre o gás natural, a ênfase será na atuação nas regulamentações estaduais; sobre o etanol, há reunião agendada com o Diretor-Geral da ANP no dia 29.03 para discutir a figura do comercializador.

Nesse ponto, o Conselho expôs que muitas empresas estão com dúvidas tributárias sobre derivativos. Sugeriu que a Abraceel, em parceria com a BBCE, colha a demanda dos associados sobre o tema para solucioná-la, seja por meio da elaboração de um parecer jurídico ou confecção de um material explicativo para sanar as dúvidas das empresas.



Governança Abraceel: Reginaldo explicou brevemente o funcionamento da estrutura da Abraceel, mostrando o organograma e detalhando as funções de cada cargo.

Pedido de adesão: Com o mais novo pedido de adesão aprovado por unanimidade, a UTE Gás Natural Açú é a centésima empresa a fazer parte da Abraceel.

Projetos de lei do setor de energia em tramitação no Congresso Nacional: Ângela Oliveira apresentou um breve cenário político ao Conselho, destacando os primeiros sinais de conflito que começaram a surgir entre o Executivo e o Legislativo, consequência da condução da pandemia pelo Governo. Em seguida, apresentou o status da tramitação dos principais projetos do setor:

- **PL 414/21 (portabilidade):** ainda aguardando despacho e com possibilidade de sua tramitação ser afetada com os prazos da MP 1031 (Eletrobras);
- **PL 4476/2020 (nova lei do gás):** matéria aprovada, rejeitando as mudanças do Senado e aguardando sanção presidencial;
- **PL 5829/2019 (geração distribuída):** dificuldades na construção de con-

senso em torno do texto tem sido um empecilho para pautar a matéria em Plenário, apesar do requerimento de urgência;

- **GSF:** Congresso derruba um dos vetos da Presidência, relacionado à importação de energia elétrica sem garantia física.

Mais detalhes na seção “Radar Institucional”.

Assuntos gerais:

Ação solidária Abraceel: Conselho orientou que a Diretoria Executiva selecione três ações sociais relacionadas à pandemia, para que a Abraceel retome iniciativa semelhante àquela realizada no início de 2020.

Criação de comitês entre associados: foi debatido pelo Conselho a criação de comitês específicos para a discussão de cada bandeira da Associação. Embora experiências anteriores não tenham tido efetividade, a Diretoria Executiva estudará novas formas de governança, para que a discussão entre os associados ganhe mais efetividade.

Estatuto Social: o Conselho também sugeriu que a Diretoria realize pesquisa entre associados sobre sugestões de alteração no Estatuto Social, para que o colegiado delibere sobre a conveniência e oportunidade de convocar Assembleia específica para esse fim.

A apresentação da reunião encontra-se disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”. O acompanhamento das metas do planejamento estratégico está na seção “Acompanhamento das metas”.



CCEE analisa propostas da Abraceel sobre segurança de mercado

Matéria em 1 minuto

- Rui Altieri disse que ficou satisfeito com as propostas da Abraceel e que há mais convergências do que divergências;
- CCEE corrobora com a Abraceel de que os principais temas relativos à segurança do mercado são a falta de limite de alavancagem e a falta de punição da pessoa física;
- CCEE apresentou comparação do cronograma proposto pela Abraceel e o que tem em perspectiva. Abraceel marcou reunião do GT, no dia 23.03, às 16h, para discutir o tema.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Diretoria Executiva da Abraceel participou de reunião com a CCEE, no dia 15.03, para colher a percepção da Câmara acerca das propostas da Associação sobre segurança de mercado. Alessandro de Brito Cunha (BC Energia), Daniel Marrocos (Newcom), Eduardo Diniz (Votorantim), Paulo Tarso (Vivaz) e Ricardo Motoyama (CPFL Soluções), conselheiros da Abraceel, também participaram da reunião. Pela CCEE, participaram os conselheiros Rui Altieri e Roseane Santos e os consultores contratados pela Câmara, Alexandre Viana (Thymos) e Alan de Genaro (FGV). Donato Filho, da Volt Robotics, também participou pela Abraceel.

CCEE aponta convergência com a maior parte das propostas apresentadas pela Abraceel

Após workshop realizado com os associados em dezembro do ano passado, Donato consolidou as propostas da Associação, que foram apresentadas à CCEE. Sobre elas, Rui Altieri registrou que ficou satisfeito com as propostas e verificou que há mais convergências do que divergências. Roseane Santos destacou que a CCEE não pretende fazer monitoramento além da sua competência, mas que a visão da Câmara sobre as operações não pode ser míope.

A CCEE concordou com a visão da Abraceel de que os principais temas relativos à segurança do mercado são a falta de limite de alavancagem e a falta de punição da pessoa física, já que favorecem comportamentos de risco excessivo. Assim, pretendem construir uma proposta inspirada na abordagem prudencial utilizada pelo Banco Central, em que o envio de informações regulares seria necessário para os agentes em monitoramento. Segundo Roseane, a CCEE não pode contar com informações defasadas, que comprometam a possibilidade de reação.



Sobre a visão da Abraceel, segundo a qual o objetivo da CCEE deve ser garantir a liquidação multilateral do MCP, a Câmara concorda, mas considera que é necessário analisar o risco de principal no mercado físico, pois caso contratos não sejam registrados, isso redundaria naturalmente em risco para a liquidação do MCP.

Câmara defende primeiro garantias e depois alavancagem

Por outro lado, em relação à proposta da Abraceel sobre o primeiro controle a ser implementado ser a alavancagem, seguido então do sistema de garantias, a Câmara considera que é preciso inverter o cronograma. Pensam em iniciar com um sistema de garantias que cubra de três a seis meses à frente, enquanto em paralelo se discutem os limites de alavancagem. A CCEE destacou que ainda não há uma proposta sobre o sistema de garantias em si, mas que será objeto de uma próxima nota técnica.

Além dessa divergência, a CCEE também apontou haver discordância parcial com a sugestão da Abraceel contrária ao envio de informações detalhadas por contrato, que envolvem acordos privados entre contrapartes e preços, um dos pontos centrais da visão da associação. A princípio, a Câmara pediria essas informações de forma prudencial, ou seja, com envio dos indicadores pelos agentes, com informação de preços apenas para os agentes em monitoramento.

Nesse sentido, apontou-se a necessidade de a Câmara aprimorar sua governança para realizar o monitoramento e a gestão de dados. Roseane informou que estão avançando em soluções de segurança da informação, pois ainda há aspectos a aprimorar, mas frisou que a CCEE sempre teve cuidado com a confidencialidade das informações.

Abraceel levará avaliação da CCEE para discussão com associados

A Câmara apresentou uma comparação do cronograma proposto pela Abraceel e aquele que tem em perspectiva. Roseane destacou que será preciso envolver a Aneel desde o início para viabilizar seu andamento. Finalizando a reunião, Reginaldo disse que reunirá os associados da Abraceel para discutir o tema internamente, de forma a ser possível voltar para uma nova rodada de debates.

O convite para o encontro das associadas foi enviado por e-mail e ocorrerá na próxima terça-feira, 23.03, às 16h.



GT discute devolução de créditos tributários

Matéria em 1 minuto

- Principal preocupação da Abraceel é assegurar a isonomia entre consumidores livres e cativos na forma de devolução dos créditos;
- Aneel propõe a devolução como desconto na fatura, com o cálculo da participação de cada consumidor (cotas-parte) com base no faturamento corrente (opção 4.2);
- Associadas acreditam que a opção 3 é a mais justa, por realizar a devolução de forma individualizada, calculando-se a participação de cada consumidor na formação dos créditos obtidos ao longo das ações judiciais;
- Abraceel solicitou memorando ao consultor jurídico, Julião Coelho, sobre a operacionalização da proposta.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 16.03, o Grupo Técnico se reuniu para discutir a Consulta Pública 05/2021 da Aneel, que trata da devolução dos créditos tributários aos consumidores de energia em função da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

A Abraceel indicou que sua principal preocupação nessa discussão é assegurar a isonomia entre consumidores livres e cativos na forma de devolução dos créditos e relatou que o regulador informou haver a premissa de que a solução não pode afetar a arrecadação tributária presente. Bernardo Sicsú disse que o aspecto técnico da devolução está com a SGT, com a qual a Abraceel já solicitou reunião, e que é preciso averiguar ineficiências, como casos em que o consumidor que não existia à época da tributação equivocada vai receber créditos e o consumidor que pagou vários anos, mas se desligou, não irá receber.

Danyelle Bemfica apresentou um resumo da discussão, apontando que das 53 distribuidoras do país, 49 possuem ações a respeito da demanda, que representam cerca de R\$ 50 bilhões. Como algumas distribuidoras ainda não informaram os montantes envolvidos nas ações, é possível que os créditos superem R\$ 70 bilhões. No final de 2020, a Aneel promoveu tomada de subsídios para analisar qual seria a melhor forma de operacionalizar essa devolução. Concluiu que a devolução deve ser total aos consumidores e que deve ocorrer em até cinco anos.



Com base nas quatro alternativas apresentadas na CP, a Aneel propõe a devolução como desconto na fatura, com o cálculo da participação de cada consumidor (cotas-parte) com base no faturamento corrente (opção 4.2). Sobre essa opção, os associados consideraram que a definição das cotas-partes deve ser com base no consumo, e não no faturamento corrente, pois, caso contrário, poderá gerar distorção em especial para os clientes que acabaram de migrar para o mercado livre.

Os associados argumentaram que a opção 3 seria a mais justa, por realizar a devolução de forma individualizada, calculando-se a participação de cada consumidor na formação dos créditos obtidos ao longo das ações judiciais. Na sua análise, entretanto, a Aneel considera que tal alternativa é de difícil execução, com o risco de a concessionária não possuir todas as informações cadastrais dos consumidores, como todo o histórico de leitura e faturamento no período em que houve a cobrança indevida.

Todavia, os associados pontuaram que de acordo com a REN 414/2010, as distribuidoras devem armazenar as informações de faturamento por, no mínimo, cinco anos. Sabe-se que além desse prazo não há nenhuma obrigação regulatória, embora existam ações judiciais com créditos a devolver anteriores a esse período. Apesar disso, foi sugerido que a Abraceel adote a opção 3 de maneira restrita, de forma que as informações de consumo dos consumidores no período de cinco anos em que a distribuidora possui todos os dados, sejam consideradas para aferir a participação no rateio de cada consumidor. Em outras palavras, que seja dada preferência para a alternativa 3 para fazer a devolução individualizada dos créditos considerando um período de consumo de cinco anos. Caso não seja possível, que se adote a opção 4.2, com apuração pelo consumo corrente e não pela fatura corrente."

A Abraceel solicitou memorando ao consultor jurídico da associação, Julião Coelho, sobre a operacionalização da proposta. Em breve, o Grupo Técnico irá circular minuta de contribuição para sugestões dos associados. O prazo para envio à Aneel é até o dia 29.03.

Abraceel inaugura série “Economia e liberdade na energia: isso é da sua conta!”

Matéria em 1 minuto

- Primeiro bate-papo foi com o Deputado Federal Paulo Ganime (Novo/RJ) e o Idec;
- Palestrantes reforçam a importância de garantir a liberdade de escolha do fornecedor de energia elétrica para todos os consumidores;
- Abraceel apresenta atualização do Ranking Internacional de Liberdade de Energia Elétrica. Brasil se encontra na 55º posição, caminhando para a 47º, mas podendo chegar a 4ª posição com a aprovação do PL 414/2021.



Tempo de leitura:
3 minutos

Inauguramos, no dia 15.03, a mais nova série de lives da Abraceel com o objetivo de colher visões sobre o mercado livre de energia de diferentes perspectivas. Nosso primeiro bate-papo foi com o consumidor. Participaram Clauber Leite, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), o Deputado Federal Paulo Ganime (Novo/RJ) e o nosso presidente executivo, Reginaldo Medeiros.

Iniciando a live, Reginaldo Medeiros fez apresentação sobre o mercado livre de energia, explicando os benefícios que a abertura de mercado a todos os consumidores pode proporcionar, como o poder de escolha, competitividade, flexibilidade e previsibilidade, além da redução dos preços na conta de luz que pode chegar até 42%, em relação ao atual mercado cativo. Ressaltou também que os consumidores que estão no mercado livre já economizaram mais de R\$ 225 bilhões em suas contas de energia elétrica.

No ranking da liberdade de escolha, Brasil sairia da 55ª posição para o 4º lugar se o PL 414 fosse aprovado

A grande novidade trazida pela Abraceel foi a atualização do Ranking Internacional de Liberdade de Energia Elétrica. Atualmente o Brasil se encontra na 55º posição, atrás de diversos países, inclusive da América Latina, como Chile e Argentina. Em 2023, com o cumprimento da Portaria MME 465/2019, o Brasil subiria para a 47º posição. Entretanto, ainda podemos melhorar, e muito, a nossa colocação. Se aprovado o PL 414/2021, o Brasil avança bem e passaria a ocupar o 4º lugar!



RANKING INTERNACIONAL DE LIBERDADE DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a implementação do PL 414/2021, o Brasil avança drasticamente e passa a ocupar o 4º lugar!

1º		Japão	Todos os consumidores	30º		Lituânia	Todos os consumidores
2º		Alemanha	Todos os consumidores	31º		Estônia	Todos os consumidores
3º		Coréia do Sul	Todos os consumidores	32º		Luxemburgo	Todos os consumidores
4º		França	Todos os consumidores	33º		Letônia	Todos os consumidores
5º		Reino Unido	Todos os consumidores	34º		El Salvador	Todos os consumidores
6º		Itália	Todos os consumidores	35º		Chipre	Todos os consumidores
7º		Espanha	Todos os consumidores	36º		Malta	Todos os consumidores
8º		Austrália	Todos os consumidores	37º		Estados Unidos	Todos livres em 14 estados
9º		Polónia	Todos os consumidores	38º		Canadá	Todos livres em Ontario e Alberta
10º		Suécia	Todos os consumidores	39º		Rússia	Todos livres exceto residencial
11º		Noruega	Todos os consumidores	40º		Turquia	Acima de 0.2kW
12º		Holanda	Todos os consumidores	41º		Argentina	Acima de 30kW
13º		Bélgica	Todos os consumidores	42º		Colômbia	Acima de 100kW
14º		Finlândia	Todos os consumidores	43º		Guatemala	Acima de 100kW
15º		Áustria	Todos os consumidores	44º		Panamá	Acima de 100kW
16º		República Tcheca	Todos os consumidores	45º		Peru	Acima de 200kW
17º		Suíça	Todos os consumidores	46º		Uruguaia	Acima de 250kW
18º		Grécia	Todos os consumidores	47º		Chile	Acima de 500kW
19º		Romênia	Todos os consumidores	48º		Equador	Acima de 650kW
20º		Singapura	Todos os consumidores	49º		Taiwan	Acima de 750kW
21º		Portugal	Todos os consumidores	50º		Filipinas	Acima de 750kW
22º		Nova Zelândia	Todos os consumidores	51º		Índia	Acima de 1.000kW
23º		Hungria	Todos os consumidores	52º		México	Acima de 1.000kW
24º		Bulgária	Todos os consumidores	53º		Rep. Dominicana	Acima de 1.000kW
25º		Dinamarca	Todos os consumidores	54º		Bolívia	Acima de 1.000kW
26º		Eslováquia	Todos os consumidores	55º		Brasil	Acima de 1.500kW
27º		Irlanda	Todos os consumidores	56º		China	Em processo de abertura de mercado
28º		Croácia	Todos os consumidores				
29º		Eslovênia	Todos os consumidores				

Com a portaria MME 465/2019, o Brasil sobe para a 47ª posição

Finalizando sua fala, Reginaldo relembrou dados da Pesquisa Ibope 2020 sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor elétrico.

- 80% dos brasileiros gostariam de ser livres para escolher a empresa fornecedora de energia;
- 63% dos entrevistados trocariam de empresa fornecedora de energia, caso a medida de livre escolha fosse efetivada no país;
- 90% gostariam de gerar sua própria energia em casa, caso tivessem condições.

Deputado Ganime vê com otimismo a aprovação do PL 414

O deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ) disse que quanto maior a liberdade e competição, maior será a eficiência do mercado. Reforçou a importância da aprovação do PL 414/21 para o consumidor brasileiro e para o setor elétrico e disse que a liberdade de escolha para todos os consumidores não é uma inovação brasileira, mas uma realidade nas nações mais avançadas no mundo e assim não há motivos para continuarmos postergando a liberalização de mercado.

O deputado vê com otimismo a aprovação célere do PL, pois além de ser uma das prioridades do governo, o projeto enfrenta menos resistência da oposição, diferentemente do projeto que trata da capitalização da Eletrobras, que enfrenta opiniões ideológicas contrárias a sua aprovação. Disse também que o Congresso está debatendo várias outras



pautas relevantes para a energia, como a geração distribuída e a própria modernização do setor elétrico.

Finalizando, o deputado se colocou à disposição para contribuir com as discussões do setor e sugeriu que a população entre em contato com os parlamentares para reforçar a importância da causa da liberdade de escolha para todos os consumidores, e também com as entidades setoriais, que possuem grande força, por deter de conhecimento técnico, contribuindo para o debate aprofundado sobre o tema.



Cláudio Leite, representante dos consumidores, disse que o IDEC é favorável à abertura do mercado de energia, com foco no consumidor, dado que esse é sempre a parte vulnerável na relação de consumo.

Disse que há pontos de atenção no debate de abertura do mercado, como a questão do suprimento de última instância, contratos legados e garantias para não formação de cartéis. No novo contexto de abertura de mercado, a distribuidora teria, na visão de Cláudio, o papel de provedora de serviços de energia, como por exemplo, serviços de eficiência energética.

Cláudio reforçou que o grande desafio dos consumidores é entender como funciona o setor, dada sua complexidade. Sugeriu que o setor elétrico mostre para a sociedade dados que a liberdade de escolha, princípio de suma importância, não irá resultar em aumento da conta de luz e, pelo contrário, trará benefícios de redução do preço da energia, assim como previsibilidade e flexibilidade ao consumidor.

Finalizando a live, Reginaldo Medeiros agradeceu a presença dos palestrantes e disse que a gravação ficará disponível no canal do Youtube da Abraceel. **A apresentação realizada está disponível no site da Abraceel, seção “Apresentações”.**

CCEE realiza 1ª reunião de interação com associações de 2021

Matéria em 1 minuto

- CCEE elencou cinco temas estratégicos para este ano: mercado de capacidade, formação de preço, modernização da matriz, abertura de mercado e segurança do mercado;
- CCEE produzirá mais uma nota técnica no âmbito das discussões sobre segurança de mercado. A nota tratará sobre critérios para avaliação de alavancagem, riscos e constituição de garantias.



Tempo de leitura:
2 minutos

A CCEE realizou no dia 17.03, a primeira reunião do ano de interação com as associações setoriais, prática que a Câmara vem adotando já há algum tempo.



Rui Altieri percorreu a pauta, que incluiu i) as entregas 2020, ou seja, as principais realizações da Câmara no ano que passou; ii) as perspectivas da CCEE para 2021; iii) o cálculo do GSF; iv) os temas considerados estratégicos; v) a visão executiva das contas da CCEE em 2020; e vi) outros temas de interesse das associações.

Rui detalhou os números do GSF, destacando a perspectiva de antecipação de pagamentos para os próximos meses, mas ressaltou que existem ainda outras ações judiciais em andamento, que pediram excepcionalidades, mas que ainda não têm decisão. Sobre as alterações no MRE, a indicação é que as discussões não avançaram no âmbito dos comitês do Ministério de Minas e Energia.

Dos temas estratégicos para a Câmara para este ano, destacou que são cinco: mercado de capacidade, formação de preço, modernização da matriz, abertura de mercado e segurança do mercado.

Sobre mercado de capacidade, Rui falou sobre a realização de reuniões com as principais associações (já houve com a Abraceel) para apresentar a proposta de desenho do leilão de reserva de capacidade e perspectiva de realização de um leilão ainda no segundo semestre deste ano.



Com respeito à formação de preços, a Conselheira Talita Porto relatou os estudos em andamento sobre formação de preços por oferta (P&D da Engie, 24 meses e P&D da Eneva, 12 meses); disse que o PLD horário tem sido operacionalizado normalmente; destacou a implementação do comitê técnico PMO/PLD (SMAP, PrevCargaDessem, UHE Tucuruí e Geração eólica), para o qual pediu a participação dos agentes. Próximos passos incluem estudos e discussões sobre os temas aversão a risco, volatilidade e preço por oferta.

No tema modernização da matriz, o relato coube ao Conselheiro Marco Delgado, que abordou o parque termelétrico e sua eventual substituição por fontes mais baratas. Nesse cenário mostrou os estudos feitos internamente pela CCEE, que avaliaram o pagamento de encargos (cerca de R\$ 37/MWh), os leilões de desconstratação e a possibilidade de leilões de reconstratação de UTEs, alterando as diretrizes desses certames. Delgado mencionou também trabalhos para a modernização do ACR.

No assunto abertura de mercado, o responsável na CCEE é o Conselheiro Marcelo Loureiro, que abordou as etapas de eliminação da reserva de mercado das fontes incentivadas estabelecidas pelas portarias do MME, a Lei 14.120/21 e o estudo que deverá ser apresentado pela CCEE e Aneel ao MME até janeiro do próximo ano.

Loureiro relatou os números da migração de consumidores e dos novos comercializadores varejistas – há 29 habilitados e 30 em habilitação – com cerca de 90 MWmed de consumo e 206 MWmed de geração representados por varejistas. Citou a priorização de seis temas, medição, varejo, comunhão, contratos legados, comercialização regulada e faturamento, que serão consolidados pela CCEE até abril para posterior discussão com a Aneel.

O último tema estratégico, segurança do mercado, está sendo conduzido pela Conselheira Roseane Santos, que vem tendo reuniões com a Abraceel desde o ano passado, sendo a última relatada nesta edição. Nessa reunião, Roseane voltou a falar sobre as notas técnicas produzidas pela CCEE, informando que haverá mais uma, sobre critérios para avaliação de alavancagem, riscos e constituição de garantias.

Roseane destacou a interação que vem tendo com a Abraceel, que considerou muito produtiva e contextualizou o cenário atual do mercado. Mencionou a evolução do monitoramento e os estudos que a CCEE vem conduzindo para evoluir nesse quesito. Os próximos passos incluem tratativas com a Aneel para abrir consultas públicas sobre os temas.

Por fim, a visão das contas auditadas da CCEE também coube a Roseane Santos, que destacou o investimento feito em recursos humanos, melhorias operacionais atendimento aos agentes e infraestrutura tecnológica. Afirmou que houve redução do valor proporcional da contribuição associativa que caiu para R\$ 0,091/MWh (antes era R\$ 0,096/MWh). Haverá convocação de assembleia para aprovação das contas da Câmara pelos seus associados.

Lei do gás é finalmente aprovada e segue para sanção

Matéria em 1 minuto

- Câmara rejeita as mudanças promovidas pelo Senado no texto;
- Projeto segue agora para sanção presidencial;
- Abraceel faz parte dessa vitória.



Tempo de leitura:
2 minutos



Após oito anos de trabalhos intensos, a lei do gás finalmente irá à sanção presidencial. A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados na última terça, dia 16.03, que rejeitou as emendas apresentadas pelos senadores e aprovou o texto original aprovado na mesma Câmara em setembro de 2020.

Principais mudanças proporcionadas pelo projeto:

- Alteração do modelo de outorga do transporte e estocagem, de concessão para autorização, simplificando o processo para novos investimentos;
- Independência do transporte por meio de certificados emitidos pelo regulador e proibição de qualquer relação societária entre transportadores e empresas responsáveis pela exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural;
- Acesso não discriminatório e negociado aos gasodutos de escoamento, terminais de GNL e às unidades de processamento e tratamento (UPGNs);
- Autorização para adoção de programa de desconcentração do mercado (gas release), de forma a trazer maior liquidez e competição ao setor;
- Harmonização entre as regulações, ao definir que o MME e a ANP deverão se articular com os estados e o Distrito Federal para aperfeiçoar as regulações estaduais, inclusive a regulação do consumidor livre;
- Modelo de entrada e saída na contratação de capacidade de transporte, o que já vem sendo adotado e garante maior flexibilidade e liquidez ao mercado;
- Limitação ao self-dealing; e
- Criação do mercado organizado de gás natural.

Em relação às emendas apresentadas pelos senadores, todas foram rejeitadas pela Câmara, com destaque para:

- Emenda que não dava diretrizes claras sobre o acesso não discriminatório às infraestruturas essenciais;



- Emenda que retirava da ANP a competência de regular gasodutos de transporte localizados em único estado;
- Emenda que enfraquecia a restrição ao self-dealing;
- Emenda que não explicitava a competência da regulação federal sobre o transporte e comercialização de gás por caminhões;
- Emenda sobre usinas inflexíveis no planejamento da expansão;
- Emenda que “buscava preservar a competência dos estados na regulação dos serviços locais de gás canalizado”, desnecessária visto que as competências estaduais, conforme estabelecido na Constituição Federal, foram preservadas pelo texto final.

A redação aprovada foi encaminhada por e-mail aos associados da Abraceel e **está disponível na área restrita do site, seção “Documentos Gerais”**.

Abraceel contribuiu para essa conquista!

Em 2012, a Abraceel liderou a criação do Fórum das Associações Empresariais Pró- Desenvolvimento do Gás Natural (Fórum do Gás)

Em janeiro de 2012, a Abraceel tomou a iniciativa de sondar diversas organizações empresariais para discutir uma proposta visando à criação de um fórum empresarial, cujo objetivo seria acompanhar os assuntos relacionados com o gás natural e oferecer propostas destinadas a ampliar o mercado do insumo.



Ao longo daquele ano, foram realizadas diversas iniciativas relacionadas com o Fórum em favor do gás natural, incluindo ações de mídia, reuniões das associações participantes do grupo, reuniões no Congresso Nacional e com áreas do governo, além de Missão Oficial aos EUA para acompanhamento do cenário norte americano de gás natural. Destaque especial para as discussões sobre a necessidade de reforma do mar-

co legal, que culminaram com a apresentação do Projeto de Lei nº 6.407/2013, de autoria do Deputado Mendes Thame.

Desde então, o tema sempre esteve presente nas atividades desenvolvidas pela Associação, que, após ter liderado a criação e presidido o Fórum, representada

por Reginaldo Medeiros, participa da coordenação desde 2016, sendo representada por Alexandre Lopes (2016 e 2017) e, mais recentemente, por Bernardo Sicsú (2018, 2019, 2020 e 2021). Além disso, quando o tema passou a ser liderado pelo Ministério de Minas e Energia no programa Gás para Crescer, Alexandre Lopes foi o coordenador do subcomitê de comercialização do CTGN (Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural). O tema também tem sido bandeira estratégica escolhida pelos associados como prioridade de atuação da Abraceel.

Foram oito anos de trabalhos intensos e o setor começará a colher os frutos dessa conquista. Não podemos deixar de agradecer a fundamental participação das nossas empresas associadas que sempre estiveram envolvidas no tema, dando o suporte necessário para que a Abraceel pudesse avançar com o projeto. ***É gás para sair da crise!***



Discussões públicas sobre formação de preço e segurança de mercado devem ser abertas pela Aneel ainda no 1º semestre de 2021

Matéria em 1 minuto

- Serão analisados pela SRG/Aneel os critérios de antecedência e previsibilidade no setor elétrico, e em seguida aberta discussão pública, ainda no primeiro semestre de 2021, para posterior publicação de resolução;
- SRM/Aneel está finalizando a minuta de Nota Técnica sobre as garantias do MVE e Elisa Bastos solicitou envio de proposta da Abraceel sobre o tema.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 17.03, a Abraceel se reuniu com a Diretora da Aneel, Elisa Bastos, o Superintendente de Regulação da Geração, Christiano Vieira, e técnicos da SRM. Na pauta, formação de preço e segurança de mercado.



Formação de preços

Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Abraceel, reiterou o entendimento da Associação quanto às claras diretrizes da Resolução CNPE 07/16, de antecedência ao mercado de, pelo menos, um mês ao PMO, para implementação de alterações que afetem a formação do preço e definição de política operativa.

Christiano Vieira, comentou que a Superintendência está finalizando a análise do mérito do caso concreto, no que tange à determinação da ANA sobre a redução da vazão do Rio

São Francisco, e em breve a discussão será submetida para deliberação da Diretoria da Aneel.

O superintendente da SRG também lembrou a atividade da agenda regulatória da Aneel sobre a revisão da REN 843/19, que estabelece critérios para elaboração do PMO e para a formação do preço. Dentre outras questões, estão sendo analisados de forma completa pela SRG os critérios de antecedência e previsibilidade no setor elétrico brasileiro para submissão de proposta sobre quais os casos em que se aplicariam tais critérios. Em seguida, a nota técnica será submetida a diretor-relator, ainda não sorteado, para abertura de discussão pública. A previsão, segundo Christiano, é de que isso ocorra ainda no primeiro semestre de 2021.

Segurança de Mercado

A Diretora Elisa é relatora do processo que trata da implementação das garantias financeiras do MVE, tema das propostas apresentadas na Nota Técnica 2 da CCEE sobre aprimoramento da segurança de mercado.

A agenda regulatória da Aneel também prevê a deliberação desse tema no primeiro semestre de 2021. Dessa forma, a SRM informou que já estão finalizando a minuta de Nota Técnica sobre as garantias do MVE, que na próxima semana será apresentada à relatora para, na sequência, ser posta em discussão pública.

Sobre isso, frente aos intensos esforços da Abraceel na elaboração da proposta de aprimoramento da segurança de mercado, em especial em relação à NT 3 da CCEE (avaliação de riscos), a relatora solicitou envio de proposta da Abraceel sobre a implantação das garantias financeiras do MVE.

A Abraceel se prontificou a operacionalizar uma proposta, uma vez que a associação propôs no passado as garantias de participação, porém, a preocupação principal dos agentes agora é em relação às garantias de fiel cumprimento dos contratos, de forma a assegurar que os valores que venham a ser exigidos não inviabilizem as negociações do mecanismo.

Expansão da oferta para o ACL, geração distribuída e mercado de capacidade estão na agenda do MME

Matéria em 1 minuto

- Abraceel apresentou ao secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME estudos sobre expansão da oferta e mercado de capacidade;
- A expectativa do MME é realizar o leilão de capacidade no segundo semestre, ainda que o formato não tenha sido definido até o momento;
- Novas reuniões serão agendadas para discussão do formato dos leilões.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Abraceel esteve reunida com o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Paulo Cesar Domingues, e equipe, no dia 18.03. Na pauta, geração distribuída e expansão da oferta para o mercado livre.

Reginaldo Medeiros abriu a reunião apontando que o mercado livre se tornou carro-chefe da expansão do setor, sendo responsável por 72% do parque gerador em construção no país. Disse que essa dinâmica deveria estar acompanhada de outras medidas, em especial a abertura do mercado.

Expansão da oferta e mercado de capacidade

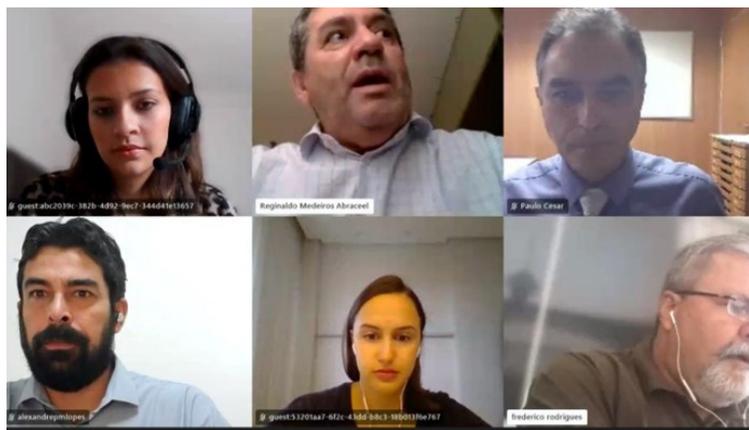
Danyelle Bemfica apresentou o estudo da Abraceel sobre expansão da oferta, destacando que a realidade mudou radicalmente. Em 2019, na primeira versão do estudo, o mercado livre estava viabilizando a construção de 34% de toda a expansão do parque gerador (6,4 GW), com atração de investimentos da ordem de R\$ 33 bilhões.

Com a pandemia, que forçou a suspensão dos leilões regulados, consolidando o ACL como solução, e amadurecimento do mercado livre, os números da expansão tornaram-se mais expressivos. No horizonte 2021-2025:

- de 34,5 GW previstos, 66% são destinados exclusivamente para o ACL;
- outros 6% correspondem à parcela livre de usinas que também venderam energia no ACL;
- de R\$ 142 bilhões de investimentos previstos até 2025, o mercado livre responde por R\$ 100 bilhões;
- 89% da geração prevista para entrar em 2023 será destinada ao mercado livre.

Se antes a discussão era o ACL como pilar de sustentação da expansão, a realidade mudou. O mercado livre também é o principal viabilizador da energia renovável: 92% da solar, 88% da biomassa, 72% da eólica e 62% de PCH/CGH.





O secretário Paulo Cesar agradeceu a apresentação e disse que será muito oportuna para os estudos da pasta. Comentando sobre o leilão de capacidade, disse que, embora ainda não esteja definido o seu formato, há expectativa para que seja realizado no segundo semestre, ainda que a discussão sobre a forma de contratação não esteja concluída.

Reginaldo lembrou o estudo encomendado à Thymos sobre mercado de capacidade, que foi apresentado aos órgãos setoriais, e o secretário Paulo Cesar pediu uma reunião específica para tratar do desenho do leilão. Também solicitou que a Abraceel encaminhasse os estudos mencionados, para que a pasta pudesse melhor analisar os temas.

Geração Distribuída

Sobre o tema, o secretário disse que já está no radar do MME e está havendo diálogo com o Congresso para construção de uma solução em conjunto e de maneira sustentável, a exemplo de reunião ocorrida com o deputado Édio Lopes (PL-RR), presidente da Comissão de Minas e Energia.

O Ministério está ciente da sobrecontratação das distribuidoras, já que a maioria delas não tem perspectiva de declarar necessidade de demanda. Destacou que elas têm uma sobrecontratação de 2,5% em função da geração distribuída. A previsão do MME é que nos próximos dez anos, a GD salte de 5 para 35GW.



RADAR LEGISLATIVO

Após um período de boas relações entre Executivo e Legislativo, os últimos acontecimentos relacionados à pandemia podem dar início a atritos entre os poderes. A troca do Ministro da Saúde foi uma resposta às pressões que os parlamentares estavam enfrentando de suas bases no que se refere à condução da pandemia. O presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), não instalou a CPI da saúde até o momento, apesar das assinaturas para tanto serem suficientes e está propondo uma reunião do Presidente Bolsonaro com lideranças de todos os poderes para viabilizar um plano para solucionar a crise atual.

Na Câmara dos Deputados, há possibilidade que algumas pautas governistas possam enfrentar resistências na tramitação, fruto da insatisfação dos parlamentares com a condução da pandemia. Há rumores que a MP da Eletrobras, por exemplo, seja uma delas. A morte do senador Major Olímpio (PSL-SP) tende a agravar a relação entre Executivo e Legislativo.

Agenda do Setor de Energia

Lei do Gás: após ser retirada de pauta nas últimas semanas, finalmente o PL 4476/2020 foi aprovado pela Câmara dos Deputados, rejeitando as emendas do Senado. A matéria segue para sanção (detalhes na matéria “Lei do gás é finalmente aprovada e segue para sanção”).

Eletrobras: a MP 1031 já está com sua relatoria na Câmara definida, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), mas não há sinalização quando o relatório será apresentado. Os próximos dias serão decisivos para saber como estará a relação do Executivo com o Legislativo, que poderá impactar a tramitação da matéria.

Portabilidade da conta de luz: o PL 414/2021 segue aguardando despacho do Presidente da Câmara. Há expectativa de os tomadores de decisão priorizarem a tramitação da MP da Eletrobras, uma matéria com prazo de validade, para posteriormente trabalharem no projeto da modernização setorial.

Geração distribuída: o PL 5829/2019 aparentemente está perdendo força em função da resistência de alguns setores ao texto apresentado pelo relator, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), [disponível clicando aqui](#). Apesar de ser uma matéria tramitando com regime de urgência, há dúvidas sobre quando será pautada em Plenário. Há expectativa que o presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Édio Lopes (PL-RR) realize audiência pública sobre o tema.



MP do Amapá: a MP 1010, editada para isentar a cobrança das tarifas dos consumidores atingidos pelo apagão do Amapá, foi aprovada na Câmara e segue para o Senado, que tem até o dia 04.05 para finalizar a votação da matéria. No texto aprovado pelos deputados, o que preocupa alguns setores é o repasse de custos a todos os consumidores do SIN. O texto que aguarda deliberação no Senado está disponível no link: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8942114&ts=1616098707827&disposition=inline>.

GSF: o Congresso derrubou um dos vetos da Presidência ao projeto de lei que solucionou o GSF, mais precisamente o inciso II do art. 2º da Lei nº 13.203 que trata da “importação de energia elétrica sem garantia física, independentemente do preço da energia importada e do momento em que foi definido o seu acionamento”. Os demais foram mantidos, inclusive o veto à criação do Brasduto. Confira em detalhes os vetos: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/13685>



CURTAS

Estudo Thymos: Abraceel realiza segunda reunião com órgãos setoriais

Dando continuidade à discussão do estudo Thymos sobre abertura integral do mercado de energia elétrica, a Abraceel realizou, no último sábado, dia 13.03, a segunda reunião com MME, ONS, CCEE, EPE e Aneel. Estiveram presentes mais de 80 participantes. Alexandre Viana e Victor Ribeiro, da Thymos, fizeram uma revisão de alguns dos temas tratados no primeiro encontro (medição e contratos legados) e, deram início à discussão sobre o supridor de última instância. De acordo com o calendário inicial, no próximo sábado, dia 20.03, será realizado o último encontro para discussão do estudo.

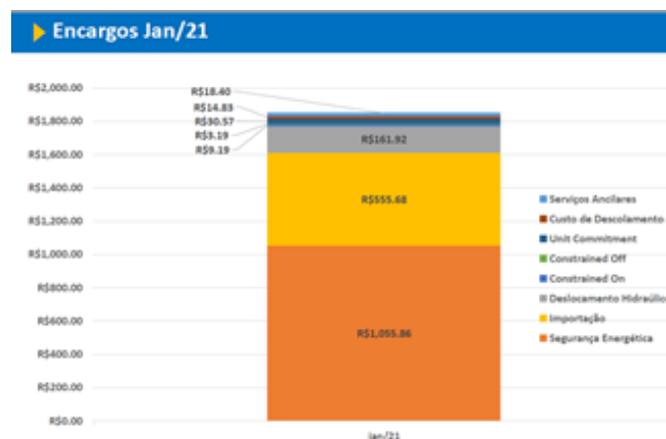
Sugestão para a Abraceel? Mande um e-mail!

Informamos que temos à disposição o e-mail sugestao@abraceel.com.br, para que nossas associadas possam sugerir melhorias à Abraceel. Todas as sugestões recebidas serão encaminhadas à Diretoria Executiva para análise e eventuais providências.

Encontro do PLD: CCEE aborda casos enquadrados na antecedência da CNPE 07/2016

No dia 17.03, a CCEE realizou mais uma edição do Encontro do PLD. Foi informado que

até o final de março será divulgada a revisão quadrimestral das previsões de carga para o PLAN 2021/25. Além disso, a partir do PMO de abril haverá um aprimoramento na representação dos limites de intercâmbio, em que serão utilizados os limites do Bloco IA abertos para todo o horizonte do modelo Dessem pelo ONS e CCEE. Observando a implementação do preço horário, a CCEE verificou que houve um aumento das modulações dos contratos, para reduzir exposições. Entretanto, os consumidores especiais ainda tendem a contratar flat, sem grandes variações. Dos R\$ 3,512 bilhões que compõem o resultado geral da contabilização de janeiro, R\$ 1,849 bilhões são referentes ao pagamento de encargos. Desse, R\$ 1,055 bilhões foram decorrentes de segurança energética, fruto dos despachos fora da ordem de mérito, conforme figura abaixo.



A CCEE abordou como estão sendo consideradas algumas restrições associadas à antecedência prevista na CNPE 07/2016: (i) Resolução ANA 63/2021 sobre UHE Furnas e Mascarenhas e também a flexibilização solicitada pelo ONS, com autorização do CMSE, para as UHEs Jupia e Porto Primavera: o período esperado das restrições é até 31.05, dessa forma elas serão consideradas no cálculo do PLD a partir do PMO



de abril (27.03); (ii) Representação da Resolução ANA 65/2021 sobre a UHE Serra da Mesa: o período esperado da redução da descarga mínima do reservatório é até 31.05, e essa será considerada no cálculo do PLD a partir do PMO de maio (01.05); e (iii) Flexibilização solicitada pelo ONS para UHE Nova Ponte: há expectativa de consideração da restrição, dependendo dos resultados dos testes, até 31.04, e como foi avisada recentemente, não será considerada no cálculo do PLD.

A apresentação realizada pela CCEE está disponível na área restrita do associado, seção documentos gerais. **O próximo Encontro do PLD será realizado no dia 29.03, às 15h.**

Abraceel cria banco de conteúdo sobre o mercado livre para associados

Conforme definido no Plano de Comunicação para 2021, foi criado um banco de sugestões de artes e conteúdos para os meios de comunicação das empresas associadas. O objetivo desta ação é ampliar a conscientização da população e do setor elétrico sobre os benefícios do mercado livre de energia. O "kit" foi inaugurado com artes dos dados do boletim de mercado do mês de março, que está disponível em nosso site, [clcando aqui](#). A pasta será periodicamente alimentada com pílulas de conteúdo no mesmo formato. Para acessar o material, basta acessar o link abaixo e solicitar acesso através do email da empresa associada: <https://drive.google.com/drive/folders/1IcTpi98J9zZfFQUHGOiL-1ICGzYCuNXp5?usp=sharing>. A equipe de comunicação da Abraceel se mantém à disposição para auxiliá-los com a edição e compartilhamento do material.

Pesquisa de satisfação dos agentes CCEE 2021

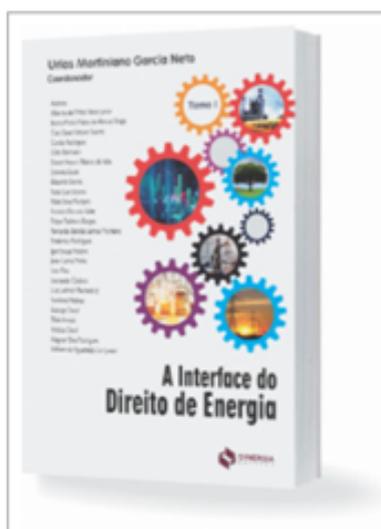
Até o dia 19.03, os agentes da CCEE podem responder à pesquisa de satisfação da Câmara, que possui objetivo de colher avaliação sobre os serviços e sistemas da organização. A CCEE reforça a importância da participação de todos e informa que o link para acesso às perguntas, que não levam mais do que 10 minutos para serem preenchidas, foi enviado por e-mail para cada um dos agentes pelo Instituto Marca e Reputação (IMR). Em caso de dúvidas, ou caso não tenha recebido o e-mail com o link para o questionário, entre em contato com o IMR: (11) 3373-7457 ou pesquisaccee@imrcom.com.br.



Livro: A interface do Direito de Energia

Urias Martiniano, Sócio de Energia Elétrica do escritório Tomanik Martiniano Sociedade de Advogados, reuniu grandes nomes do setor elétrico para elaboração do livro "A Interface do Direito de Energia". O livro tem como objetivo demonstrar a interface do direito de energia com outros ramos do direito, engenharia, administração, economia e afins, bem como auxiliar na compreensão da legislação vigente, haja vista sua complexidade e necessidade de interpretação sistemática dos inúmeros temas existentes. Frederico Rodrigues,

Vice-Presidente de Energia da Abraceel, foi um dos articulistas do livro, contribuindo com a visão da necessidade de modernização do modelo de comercialização. Ademais, o segundo volume do livro será produzido sob coordenação do Diretor da Aneel Sandoval Feitosa, porém com um olhar sobre as demais áreas do setor de energia, como o mercado brasileiro de gás natural. O livro está à venda na Livraria Synergia.



Abraceel apresenta visão sobre abertura do mercado para Ministério da Economia

No dia 15.03, a Abraceel se reuniu com o Ministério da Economia para apresentar as alternativas regulatórias para abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica, no âmbito do estudo da Thymos realizado para a Associação e o estudo realizado pela Abraceel sobre a expansão da oferta de geração e sua financiabilidade, conforme informações do BNDES e Banco do Nordeste. A Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI-ME) solicitou um prazo maior para análise dos estudos e em breve prometeu retornar, podendo haver nova reunião técnica. Também solicitaram o estudo sobre mercado de capacidade, reforçando que estão trabalhando em busca de um ambiente mais liberalizado, porém preocupados com a transição.

Workshop PDE 2030

Para apresentar e discutir com a sociedade os principais resultados do PDE 2030, a EPE convida a todos para participar do workshop a ser realizado no dia 31.03, às 14h30. O workshop contará com a presença do MME e do ONS e será transmitido pelo canal da EPE no Youtube.

Relatório ICMS – fevereiro 2021

O relatório de alterações do ICMS referentes ao mês de fevereiro de 2021, elaborado pelo escritório Julião Coelho, **está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”**.

Norte Energia promove 2º Workshop on Computing Efficient Energy Prices

A associada Norte Energia promoverá, no dia 30.03, 06.04 e 13.04, o 2º Workshop on Computing Efficient Energy Prices, que integra um dos projetos de P&D Aneel financiados pela empresa. Reunindo especialistas e agentes do setor elétrico, o workshop abordará os desafios da modernização dos modelos de operação e formação de preço, inconsistência temporal e suas consequências para o planejamento eletroenergético e também os avanços acadêmicos e as novas fronteiras metodológicas. No dia 30.03, às 16h, será abordado os desafios da moderni-

zação dos modelos de operação e formação de preço. **Para assistir ao evento clique aqui:** <https://www.youtube.com/watch?v=PIZle-3vTW3I>.

Silla Motta é parte do time da 2W Energia

A associada 2W Energia apresenta ao mercado sua mais nova gerente comercial, Silla Motta. Silla possui vasta experiência em gerenciar projetos de implantação, estruturação, desenvolvimento e profissionalização em empresas de comercialização e gestão de energia. Desejamos sucesso na empresa!



Abraceel participa do Welcome Energia 2021

Reginaldo Medeiros participou, no dia 16.03, do evento Welcome Energia 2021, promovido pelo Grupo Mídia e a revista Full Energy. O evento iniciou com a fala do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, sobre o cenário do setor durante sua gestão no ministério. Disse que o grande desafio para o Brasil nos próximos anos é estabelecer o novo mercado de gás. Por sua vez, Reginaldo abordou a importância da abertura de mercado de energia elétrica com um cronograma mais claro e célere. Trouxe também a questão da capitalização da Eletrobras como tendência importante para o setor.

 **PRÓXIMA
SEMANA**

22.03 – segunda-feira: Vice-Presidência de Energia se reúne com a Raízen para discutir a decisão do STF sobre substituição tributária, às 16h.

23.03 – terça-feira: Vice-Presidência de Energia se reúne com o Diretor Executivo da Agerba, Carlos Henrique Martins, para discutir os modelos do termo de compromisso do comercializador, objeto da CP 01/21;

Grupo Técnico da Abraceel se reúne para discutir segurança de mercado, às 16h.

24.03 – quarta-feira: Reginaldo Medeiros participa de debate da PSR no âmbito do estudo de abertura do mercado elétrico contratado pelo Ministério da Economia, às 9h;

Reginaldo Medeiros participa de reunião do Coinfra, às 10h.

25.03 – quinta-feira: Diretoria Executiva se reúne com Luiz Eduardo Diniz, Procurador-Geral da Aneel, para tratar do comercializador varejista, às 14h.

26.03 – sexta-feira: Abraceel realiza mais uma edição da Sexta Livre, desta vez com a participação de Carla Primavera, superintendente da área de energia do BNDES, às 10h. Os dados de acesso foram enviados por e-mail aos associados.



CALENDÁRIO ABRACEEL

MARÇO

23.03 | 16h - Reunião do Grupo Técnico.

26.03 | 10h - Sexta Livre com Carla Primavera, do BNDES.

ABRIL

29.04 | 17h - Reunião do Conselho.

MAIO

13.05 | 17h - Reunião do Conselho.

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

